



**MISSAO PERMANENTE DE PORTUGAL  
JUNTO DAS Na ES UNIDAS EM NOVA IORQUE**

Discurso de Sua Excelência o Presidente de Portugal

Jorge Sampaio

Reunião de Alto Nível da

Assembleia Geral das Nações Unidas

Nova Iorque

16 de Setembro de 2005

Discurso de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa,  
Dr. Jorge Sampaio, na Reunião Plenária de Alto Nível  
da Assembleia-Geral das Nações Unidas  
Nova Iorque, 16 de Setembro de 2005

Senhor Presidente da Assembleia-Geral,  
Senhor Secretário-Geral,  
Senhores Chefes de Estado e de Governo,  
Minhas Senhoras e meus senhores,

No ano em que celebramos os 60 anos das Nações Unidas, é com grande honra que me dirijo a esta Assembleia pela última vez no meu mandato como Presidente da República de Portugal. Nesta data histórica, sinto que incumbe à geração a que pertença uma responsabilidade inadiável: a de dar resposta aos desafios globais que, cada vez mais, exigem respostas integradas e colectivas e a de corresponder às justas aspirações de milhões de indivíduos para quem o quotidiano não passa de uma permanente e inglória luta pela sobrevivência. É às Nações Unidas, sempre acreditei e sempre o disse, que compete articular essas respostas e mostrar o caminho para corresponder a essas expectativas.

Prova do carácter visionário da sua criação é o facto de, nestas seis décadas, as Nações Unidas terem sempre ocupado um lugar central na cena internacional, não deixando nunca de ser uma referência de esperança para a humanidade.

Paz, desenvolvimento e protecção dos direitos humanos à escala global foram os alicerces da ambição fundadora. As esperanças e o idealismo iniciais cedo se confrontaram com as duras realidades do poder e dos interesses em conflito. Nem tudo foram sucessos, temos de admitir. Mas, porque se confundiam com



Portugal tem orientado grande parte do seu esforço para países onde o flagelo da pobreza se sente de forma mais dramática. Atribuímos especial destaque aos Países Menos Avançados, em particular na África, aos quais dedicamos 0.20% do nosso PIB, cumprindo integralmente, neste caso, aqueles objectivos. As relações, que desde há séculos, Portugal mantém com este Continente, bem como a situação de pobreza extrema e o manifesto atraso no cumprimento das metas estabelecidas, justificam-no plenamente.

Acompanhamos o movimento no sentido de perdão da dívida e acreditamos também na identificação criativa de fontes alternativas de financiamento da ajuda ao desenvolvimento.

Dedicamos particular atenção às pandemias, que afectam aqueles países de forma brutal, tendo recentemente aumentado para 5 milhões de dólares a nossa contribuição para o Fundo Global para a SIDA, Malária e Tuberculose. Estas doenças, em tantos casos absolutamente evitáveis, constituem, em particular em África, a mais temível ameaça à segurança humana. Que pensarão de nós as gerações futuras se, com os meios e a informação de que dispomos, nos mostrarmos incapazes de lhes fazer face?

Em matéria de cooperação para o desenvolvimento, existe uma responsabilidade partilhada entre doadores e receptores de ajuda, pois esta nunca será suficiente se não for correctamente aplicada. Por isso atribuímos decisiva importância à boa governação, designadamente ao primado do direito, à consolidação da democracia, mas também à restauração da capacidade do Estado no desempenho das suas funções básicas.

Senhor Presidente

Sem segurança não há desenvolvimento sustentável. 56 |  
estratégia coerente e integrada permitirá agir com eficácia para prevenir conflitos e, quando tal for impossível, prestar o necessário apoio à reconstrução e à restauração da capacidade do Estado e das instituições na fase de pós-conflito. Essa é a dupla função da Comissão para a Consolidação da Paz, proposta apresentada inicialmente por Portugal em 2003 e cuja fundação constituirá certamente um dos marcos desta cimeira.

Acreditamos que as Nações Unidas têm um papel importante no combate ao terrorismo internacional, garantindo uma resposta multilateral e eficaz a esta nova e dramática ameaça. A negociação e conclusão de uma Convenção global sobre a matéria deve continuar a constituir uma prioridade.

Relançar as discussões sobre o desarmamento e a não proliferação das armas de destruição em massa no quadro desta Organização constitui igualmente uma necessidade urgente.



Portugal, pela sua parte, reitera o compromisso firme com o multilateralismo, com as Nações Unidas e com uma ordem internacional em que o interesse colectivo não seja sistematicamente sacrificado às conveniências e aos interesses egoístas. Hoje, como no momento da sua fundação, as Nações Unidas têm de ser a âncora indispensável de um sistema de relações internacionais assente no Direito e na justiça. Reforçar a autoridade, a legitimidade e a relevância das Nações Unidas é uma tarefa imprescindível para que o século XXI seja um século de paz, de progresso e de respeito pela dignidade de todas os seres humanos.